

## QUEIXA ESCOLAR E GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PRONTUÁRIOS DE UM CAPSi DE SALVADOR-BA

### SCHOOL COMPLAINT AND GENDER: AN ANALYSIS BASED ON PATIENT RECORDS FROM A SALVADOR CAPSi

Klessyo do Espírito Santo Freire<sup>1</sup>,  
Beatriz Ribeiro Cortez Cardozo Barata de Almeida Hessel<sup>2</sup>, Tito Carvalho<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Autor para correspondência. Psicólogo. Mestre em Educação e docente na Iniciativa do MEC/UFBA Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Salvador, Bahia, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-5189-1278>. [klessyo@gmail.com](mailto:klessyo@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduanda em Psicologia pela Faculdade Social da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. [bia\\_hessel@hotmail.com](mailto:bia_hessel@hotmail.com)

<sup>3</sup>Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. [titicarvalho@gmail.com](mailto:titicarvalho@gmail.com)

**RESUMO** | Este trabalho teve como objetivo analisar as possíveis relações entre a queixa escolar e a construção de gênero em prontuários em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) de Salvador- BA. Ele partiu de pesquisa de mestrado que objetivou analisar como essas queixas eram entendidas e atendidas nesse serviço. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo de inspiração etnográfica, utilizando como recursos metodológicos análise de prontuários, observação participante e entrevista com profissionais. Aqui serão apresentados os resultados relativo à análise de prontuários, com um recorte para as questões de construção de gênero. Como resultado, foi encontrado que os meninos representaram maior parte dos encaminhamentos (71%). Proporcionalmente, as meninas apresentaram mais relatos de situações de humilhação na escola e também descrições que indicaram um alto grau de sofrimento psíquico. Os dados revelam uma forte influência de padrões existentes na construção de gênero subjacentes a esses encaminhamentos. Por fim, conclui-se com a necessidade de se discutir mais temática de relações étnicos raciais, de gênero e classe social com profissionais das políticas públicas de educação e saúde.

**Palavras chave:** serviços de saúde mental; educação; fracasso escolar; gênero; medicalização.

**ABSTRACT** | The objective of this study was to analyze the possible relationships between school complaints and the construction of gender in patient records in a Child and Adolescent Psychosocial Care Center (CAPSi) in Salvador, Bahia. It started with master's research that aimed to analyze how these complaints were understood and answered in this service. For that, a qualitative study of ethnographic inspiration was carried out, using as methodological resources patient records analysis, participant observation and interview with professionals. Here we will present the results regarding the analysis of patient records, with a clipping for the issues of gender construction. As a result, it was found that the boys represented most of the referrals (71%). Proportionately, the girls presented more reports of situations of humiliation in school and also descriptions that indicated a high degree of psychic suffering. The data show a strong influence of existing patterns in gender-based construction underlying these referrals. Finally, it concludes with the need to discuss more thematic of racial, gender and social class relations with professionals in the public policies of education and health.

**Keywords:** mental health services; education; school failure; gender; medicalization.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar as possíveis relações entre a queixa escolar e a construção de gênero em prontuários em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) de Salvador- BA. Ela parte da pesquisa de mestrado a ser identificada posteriormente após o aceite do artigo, que teve como objetivo analisar de que maneira as queixas escolares são entendidas e atendidas em um CAPSi de Salvador-BA, considerando suas relações com o fracasso escolar e a medicalização da educação.

O fracasso escolar diz respeito a um quadro histórico de precarização e descaso com a educação, sobretudo a pública, do estado Brasileiro. Ele tem sido expresso nos baixos índices da dificuldade do país em alcançar planos e metas traçados por plataformas governamentais, bem como no alto número de alunas/os com dificuldades no processo de escolarização, que são comumente encaminhados para serviços de saúde mental, em especial os CAPSi, conforme aponta Viégas (2014).

Porém, as explicações hegemônicas para esse fenômeno partem de uma perspectiva individualizante, que culpabiliza as/os alunas/os e suas famílias, principalmente quando se trata da família pobre e da escola pública. No bojo dessas explicações, expressam-se preconceitos e estigmas de classe, étnico-raciais, de gênero, entre outros. Essas concepções refletem historicamente nas políticas públicas em educação, na qual alunas/os e professoras/es são tratados de forma desrespeitosa (Viégas, 2014; Patto, 1990)

Essa discussão ganhou uma grande relevância nos últimos 30 anos na Psicologia Escolar e Educacional e na Educação, sobretudo com os trabalhos da pesquisadora Maria Helena Souza Patto (1984; 1990). A luz do materialismo histórico dialético, ela fez uma análise das raízes históricas sobre as principais explicações hegemônicas para o fracasso escolar que estão presentes no cotidiano das instituições educacionais brasileiras, sobretudo as públicas. A autora constatou que, seja por supostos déficits biológicos ou por supostas carências culturais advindas da condição de pobreza, as explicações partiam do mesmo viés, a culpabilização do

indivíduo, partindo da concepção de que a desigualdade social seria causada por diferenças individuais de capacidade, a famigerada meritocracia. Esta alicerçada em uma ideologia liberal, que desconsidera diversas desigualdades (de gênero, classe, religiosa, entre outras) presentes em uma sociedade capitalista dividida em classes.

A partir dos trabalhos de Patto (1984; 1990), depreende-se que a escola passou a ser reconhecida como historicamente participante do fracasso escolar, sendo atravessada pelas desigualdades sociais de classe, étnico-raciais e de gênero. Carvalho (2004) aponta que esse conjunto de desigualdades tem sido expresso nas estatísticas nacionais que apresentam uma nítida diferença no desempenho escolar entre os gêneros. Um maior número de meninos cisgênero (pessoa em que a identidade está em conformidade com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer) e, dentre eles, a maioria negros, têm obtido notas mais baixas e conceitos negativos, bem como indicado para atividades de recuperação.

Senkevics e Carvalho (2015) concluem que está questão, não exclusiva do Brasil, está intrinsecamente relacionada aos padrões de gênero hegemônicos presentes na sociedade. O modelo de feminilidade padrão exige que as meninas cis cuidem dos afazeres domésticos e tenham mais disciplina, docilidade e responsabilidade, qualidades valorizadas no espaço escolar de adotar uma postura madura e responsável, ser assídua, aseada e privar-se de parte do seu tempo de lazer para corresponder às expectativas advindas de adultos, entre outras. Já o modelo do padrão de masculinidade tem regras mais frouxas em relação aos afazeres domésticos, com um tipo de socialização mais violento que o da menina cisgênera e mais voltado para os espaços públicos, além de comumente ter que trabalhar para sustentar a família, expressando-se em características que não seriam valorizadas no espaço escolar, os chamados problemas de comportamento.

Esses padrões de gênero se fazem presentes na maneira em que a escola olha suas/seus alunas/os. Atravessados por preconceitos étnico-raciais, os comportamentos dos meninos desde cedo são vistos como um atestado da sua incapacidade de aprender. Frequentemente alunos negros oriundos da escola pública são rotulados, já nas séries

iniciais, como indisciplinados, agressivos, nervosos etc. Em muitos desses casos, as justificativas referem-se à própria condição do ser menino, naturalizando um padrão que é socialmente construído (Carvalho, 2009).

Ressalta-se que o próprio conceito de gênero, compreendendo a fluidez do estar sendo humano, tem sido transformado nas últimas décadas, não se referindo ao estatuto biológico, sendo definido como uma construção social, histórica, política e cultural. A perspectiva sobre gênero nesse trabalho ancora-se nessa perspectiva, fundamentando-se em Joan Scott (1995), que o traz como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (p.75) e em Bourdieu (2012).

Dessa discussão depreende-se a necessidade de reconhecer o fracasso escolar a partir de uma perspectiva interseccional, relacionando sempre questões de classe, gênero e étnico-raciais, considerando que no chão da escola estão presentes diversos estigmas e preconceitos advindos dos marcadores sociais citados acima.

Outra questão importante atrelada ao fracasso escolar tem sido o fenômeno da medicalização da educação e da sociedade. O termo medicalização foi cunhado no final da década de 60 e teve como precursor o filósofo austríaco Ivan Illich, com os livros *A expropriação da saúde: Nêmesis da Medicina* (1975) e *Sociedade sem escolas* (1985). Outro importante autor foi Michael Foucault, que mesmo não utilizando sistematicamente o termo, trouxe importantes contribuições com as discussões sobre biopoder (Gaudenzi e Ortega, 2012).

Gaudenzi e Ortega (2012) identificam que as raízes históricas do processo de medicalização podem ser encontradas no final do século XVII, com o surgimento da medicina moderna e do higienismo. A medicina passou a intervir no corpo social, produzindo saberes intrinsecamente relacionados em prescrições morais e de conduta, estabelecendo as diferenças entre o normal e o anormal. No Brasil, merecem destaque os trabalhos da psicóloga Maria Helena Souza Patto (1990), da pedagoga Cecília Collares e da pediatra Maria Aparecida Affonso Moysés (2014), que incorporaram a análise da medicalização no campo da educação.

Diante da polissemia do termo, este trabalho orienta-se pela definição realizada pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, publicado na Carta do IV Seminário Internacional - A educação medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos, que ocorreu em 2005 na cidade de Salvador:

*Medicalização envolve um tipo de racionalidade determinista que desconsidera a da vida humana, reduzindo-a a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, seja em seu aspecto psíquico, seja em uma leitura restrita e naturalizada dos aspectos sociais. Nessa concepção, características comportamentais são tomadas apenas a partir da perspectiva do indivíduo isolado, que passaria a ser o único responsável por sua inadaptação às normas e padrões sociais dominantes. A medicalização é terreno fértil para os fenômenos da patologização, da psiquiatrização, da psicologização e da criminalização das diferenças e da pobreza.*  
(Fórum..., 2015, p. 1)

Nessa perspectiva, comportamentos considerados desviantes de um padrão são considerados como doentios, necessitando serem ajustados à sociedade. Através da discussão sobre Biopoder, Foucault (2006) aponta o quando a medicina foi fundamental, na passagem do século XVII para o XVIII, na consolidação da família burguesa sexualizada e do estado-nação. Interferindo na gestão dos corpos através da definição de regras e condutas individuais e coletivas, teve como efeito a imposição de padrões do comportamento humano relativos a sexualidade, a fecundidade, a fertilidade e outros (Gaudenzi e Ortega, 2012).

No campo da educação a medicalização se expressa na transformação de problemas educacionais, resultando em uma escola que historicamente produz fracasso escolar, doenças e transtornos, que tem que ser encaminhados aos profissionais de saúde, com destaque para a medicina. Com isso, gera-se uma cultura de encaminhamento por parte da escola, criando uma demanda por parte desses profissionais. Atualmente, a medicalização da educação tem assumido a sua face mais determinista e biologicista, a patologização, como Collares e Moysés (2014) denominam de “educação na era dos transtornos”.

No centro das concepções medicalizantes sobre a/o aluna/o em situação de fracasso escolar, encontram-se diversos preconceitos raciais sobre a inferioridade das/os negras/os e do povo brasileiro, já que a mestiçagem foi considerada historicamente como produtora de uma classe trabalhadora inferior, do ponto de vista intelectual e biológico. Com isso acontece a medicalização do fracasso escolar, em que dificuldades no processo de escolarização são vistas como transtornos inerentes ao indivíduo, demandando de diagnóstico e tratamento nos serviços de saúde. É uma visão reducionista e neutralizada da aprendizagem, do desenvolvimento humano e do processo de escolarização, que é complexo e está relacionado com um contexto histórico, político, econômico e social, além de aspectos institucionais, pedagógicos e relacionais (Patto, 1990; Viégas, 2014).

Uma visão que desconsidera a desigualdade, os preconceitos e estigmas de classe, gênero e étnico-raciais que se fazem presente no chão da escola, resultando em um sofrimento constante por parte das/os alunas/os e professoras/es. São comuns os relatos de alunas/os que não suportam a falta de significado das aulas, a desconsideração em que são tratados, os diversos episódios de rebaixamento que ocorrem e marcam não só sua vida escolar, mas sua dignidade. Já as/os professoras/es e demais profissionais da escola denunciam os baixos salários, a falta de estrutura para exercer seu trabalho, as dificuldades que lhe são impostas por uma política educacional perversa com atitudes, valores, estereótipos e preconceitos que violentam e humilham as/os usuárias/os da escola (Patto, 2010).

Entretanto, em uma visão medicalizante, essas questões que geram um intenso sofrimento têm sido consideradas como transtornos biológicos ou vistos através de perspectiva psicologizada, em que ocorre uma leitura determinista e a-histórica do indivíduo e das relações sociais. Desconsideram a violência que machuca o humilhado não é a dor individual, é ancestral, dividida entre ela/ele e suas/seus irmãs/irmãos, como assevera José Moura Gonçalves Filho (2007), com a sua discussão sobre humilhação social. O autor traz elementos para refletir que o sofrimento decorrente das situações de humilhação social na escola tem em suas gêneses componentes sociais, ancestrais, históricos e políticos,

trazendo no cerne questões de classe, gênero e étnico-raciais.

Com a medicalização da educação, o panorama histórico da escola como participante na produção do fracasso escolar, que vêm gerando intenso sofrimento em alunas/os e professoras/es, é escamoteado e transforma uma questão essencialmente social em individual. Assim, Viégas (2014, p.129) conclui que:

*Neste ponto, o sistema educacional encontra-se de forma perversa com as políticas de saúde. A equação é quase simples: na medida em que a escola é precarizada pelas políticas educacionais, implantadas com vistas ao barateamento dos investimentos públicos, aumenta o fracasso escolar, que, interpretado como problema biológico, amplia a demanda por projetos de "saúde do escolar".*

Portanto, diante do que foi exposto, é possível inferir que as questões de gênero estão intrinsicamente relacionadas com o encaminhamento de alunas/os encaminhadas/os com queixa escolar para os serviços de saúde mental, em especial os CAPSi. A partir dessa constatação, este trabalho surge da necessidade de investigar a fundo essa questão. A expectativa é contribuir para a construção da atual política de saúde mental na infância e adolescência e no atendimento à queixa escolar nos seus serviços, comprometida com uma educação de qualidade para todas e todos e que possa enfrentar e superar as desigualdades de gênero presentes historicamente na sociedade.

## METODOLOGIA

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética que será identificado posteriormente após o aceite do artigo com o número 1.182.045 (CAAE 48087715.4.0000.5531), seguindo os parâmetros de eticidade indicados na Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Ela objetivou analisar de que maneira as queixas escolares são entendidas e atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) de Salvador- Bahia, considerando suas relações com o fracasso escolar e a medicalização

da educação. Nesse artigo, definiu-se como objetivo traçar um perfil das/os usuárias/os encaminhados a um CAPSi que possuem queixa escolar, levando em consideração as suas relações com as questões de construção de gênero.

A abordagem teórico-metodológica empregada foi por meio da pesquisa qualitativa e, nela, o estudo de caso de inspiração etnográfica. A pesquisa de campo aconteceu no intervalo de tempo entre outubro de 2015 e abril de 2016, quando o pesquisador frequentou o CAPSi investigado semanalmente, com a finalidade de estabelecer uma relação de confiança com as/os profissionais, usuárias/os e familiares. Como procedimentos metodológicos foram escolhidos o levantamento de prontuários, a observação participante e a entrevista semidirigida. Esse trabalho apresentará os resultados obtidos no levantamento dos prontuários, estabelecendo um recorte sobre a questão de gênero presente nos encaminhamentos de crianças e adolescentes com queixa escolar.

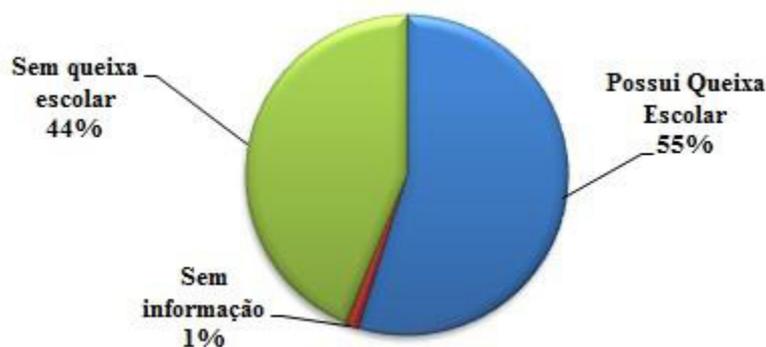
Tal levantamento focalizou apenas os prontuários daqueles que, de fato, passaram a ser atendidos na instituição, excluindo, portanto, os casos em que, após o acolhimento, foram finalizados ou encaminhados a outras instituições. Os dados dos prontuários foram levantados a partir dos seguintes critérios: idade, gênero, escolaridade quando encaminhado ao CAPSi, ano de admissão no CAPSi, quem realizou o encaminhamento para o CAPSi, as queixas que resultaram no encaminhamento ao CAPSi, diagnóstico psiquiátrico atual e se a/o

usuária/o recebe algum benefício do governo. A análise desse material se centrou na natureza dos encaminhamentos das crianças e adolescentes com queixa escolar, identificando a sua proporção em relação aos atendimentos da instituição, bem como as questões de gênero envolvidas no processo.

## RESULTADOS

Foram acessados 283 prontuários. As informações alcançadas foram colhidas em dois documentos presentes no prontuário: a ficha de acolhimento e o Registro das Ações Ambulatoriais em Saúde (RAAS). Na ficha de acolhimento foram levantadas informações da chegada da/o usuária/o ao CAPSi (a exemplo da queixa, quem encaminhou, se recebe benefício etc.), enquanto que na RAAS foi identificado o diagnóstico psiquiátrico mais atual.

Primeiramente, ressalta-se que foi considerado queixa escolar quando a escola encaminhou ou quando os motivos dos encaminhamentos faziam referência às demandas escolares ou comportamentos relacionados à escola, baseando-se no trabalho de Souza (2002). A partir da análise desses prontuários, verificou-se que a queixa escolar esteve presente em 155 casos (55%), o que representa a maioria dos atendimentos realizados no equipamento, como pode ser visto no gráfico 1 abaixo:



**Gráfico 1.** Crianças e adolescentes em que a queixa escolar estava presente.

Quanto às/aos alunas/os encaminhados com queixa escolar, foi encontrado o seguinte perfil: são predominantemente do gênero masculino e com média de idade de 12 anos; a média de idade quando encaminhados ao serviço era de 9,61 anos e se encontravam, em sua maioria, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I; a origem dos encaminhamentos se concentrou por demanda espontânea e das áreas de educação e saúde. Destaca-se também a presença dos diagnósticos de Retardo Mental e Transtorno do Déficit de Atenção

e Hiperatividade (TDAH) presentes em 18,4% e 6,5% dos prontuários, respectivamente.

A predominância de meninos com referência a diagnósticos que estão ligados, sobretudo, a problemas de comportamento coaduna com as pesquisas realizadas por Carvalho (2004) sobre a relação entre fracasso escolar e gênero. Os meninos representaram a grande maioria dos casos encaminhados, com 71%, como pode ser visto no gráfico 2 a seguir:

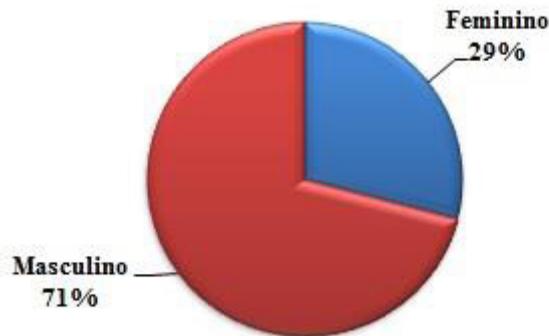


Gráfico 2. Gênero das crianças e adolescentes que possuíam queixas escolares.

Por intermédio das fichas de acolhimento, que necessitam ser preenchidas pelas/os profissionais do CAPSi logo quando a criança e o adolescente são matriculadas/os no equipamento, foi feita uma análise pormenorizada das queixas escolares presentes nos prontuários.

A categorização das queixas escolares foi realizada de acordo com Souza (2002), em que elas são agrupadas em Problemas de Aprendizagem e Problemas de Comportamento. Segundo a autora, os problemas de aprendizagem relacionam-se geralmente às dificuldades com escrita e leitura, tal como na aquisição de conteúdos escolares. Os problemas de comportamento dizem respeito às atitudes manifestadas pela criança na escola e, comumente, remetem-se ao descumprimento de normas ou a certo padrão que ela necessita seguir.

Deste modo, relatos como “problemas de aprendizagem e no desenvolvimento”, “dificuldade de aprendizagem”, “não lê e não escreve”, “não tem coordenação motora”, “não reconhece cores, letras e nem números” foram agrupados na categoria Problemas de Aprendizagem. No que tange à descrições como “agressividade”, “hiperatividade”,

“briguenta”, “insegurança”, “medo, não conversa com ninguém”, “dificuldade na interação”, “agitação psicomotora”, “comportamento promíscuo”, “atraso na fala”, “atraso no desenvolvimento”, “problemas na comunicação”, “não fala”, “esquecimento”, “distraído” foram categorizadas como Problemas de Comportamento.

A partir da análise do material, foram concebidas mais quatro categorias para algumas descrições que tiveram destaque e não se inseriram em Problemas de Aprendizagem ou Problemas de Comportamento. Foi criada a categoria Evasão Escolar para designar situações em que a criança ou o adolescente não estava frequentando a escola. Outra categoria elaborada a partir da leitura do material foi Sofrimento Psíquico, que esteve presente em casos nos quais ocorriam “automutilação”, “tentativa de suicídio”, “tristeza”, “depressão”, “prejuízo no autocuidado” e “ideações suicidas”. Por fim, foi criada também a categoria Relatos de Situações de Humilhação na Escola, que relacionou casos de rejeição, *bullying* ou violência sofrida pela criança e adolescente no espaço escolar. Destaca-se ainda a categoria Genérica, que abrangeu descrições como “problemas na escola” ou “queixa escolar”, no qual

não havia detalhamento indicando se essa queixa seria de aprendizagem, de comportamento ou alguma outra categoria elaborada a partir da leitura do material.

Os resultados dessa análise podem ser vistos no gráfico 3 abaixo:

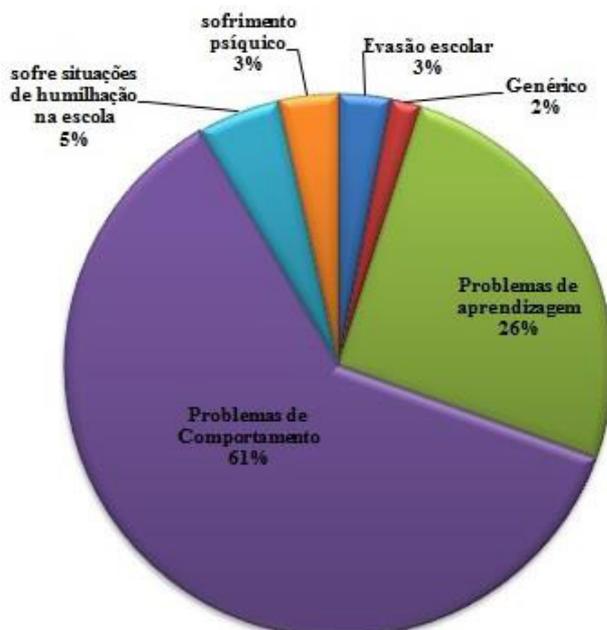


Gráfico 3. Análise das queixas escolares no CAPSi.

Como pode ser visto, os problemas de comportamento foram maioria (61%), seguidos de problemas de aprendizagem (26%), sofrimento psíquico (8,3%), relatos de situações e humilhações na escola (5%), evasão escolar (3%) e genérico (2%). No que tange às diferenças de gênero entre as queixas escolares, foi feita uma análise para verificar essas questões. No gráfico 4 abaixo, encontram-se as queixas escolares nos usuários do gênero masculino:

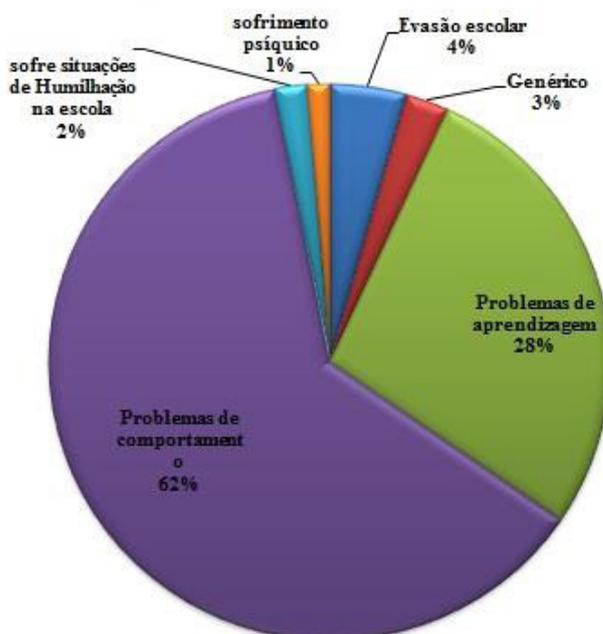


Gráfico 4. Análise das queixas escolares no CAPSi.

No que concerne às queixas escolares referentes ao gênero feminino, os resultados encontram-se no gráfico 5 abaixo:

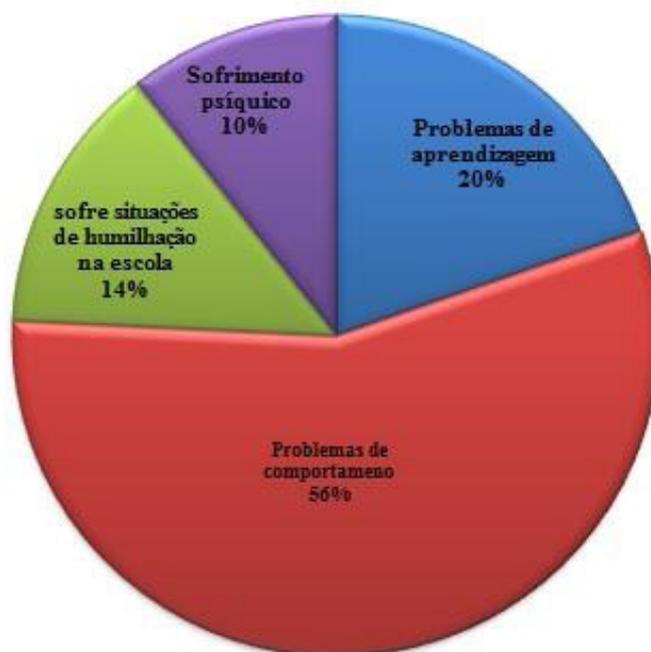


Gráfico 5. Queixas escolares nas crianças e adolescentes do gênero feminino.

Verifica-se que, proporcionalmente, as meninas apresentaram mais relatos de situações de humilhação na escola e também descrições que indicaram um alto grau de sofrimento psíquico. Destaca-se, neste caso, a presença marcante das automutilações, com destaque para o se cortar. Em alguns prontuários essa situação apareceu junto com situações de humilhação vivenciadas na escola, a exemplo da seguinte situação: “Triste, poucos amigos, já se cortou, indicação do médico do PSF e orientação da escola. Diz ter poucos amigos, que na escola sempre sofreu *bullyng*” (Prontuário 212), apontando os efeitos dessa violência têm diferenças em ambos os gêneros.

Outra questão importante diz respeito à categoria Evasão Escolar, presente nos prontuários dos meninos. Proporcionalmente, os problemas de comportamento apareceram de maneira mais acentuada no gênero masculino. A seguir, será apresentada a discussão dos dados encontrados.

## DISCUSSÃO

Autores como Joan Scott (1995) e Pierre Bourdieu (2012) concebem gênero como sendo uma construção social, histórica, política e cultural. Bourdieu (2012) afirma que as diferenças entre os corpos quanto ao gênero possuem uma fundamentação arbitrária nas diferenças biológicas, o que ocorre pois, mesmo a dita natureza biológica (no que concerne aos aspectos histórico, sócio-culturais dos gêneros feminino e masculino serem associados às características anátomo-fisiológicas) também se configura em uma construção social naturalizada. Esta inscrição nas divergências biológicas decorre de uma visão androcêntrica dos corpos do modelo binário, o que justifica e legitima relações de dominação e, portanto, de poder entre os gêneros, mais especificamente do masculino sobre o feminino.

O processo de socialização da mulher e do homem, sendo assim, é diferenciado desde a infância, naturalizando relações de poder entre os gêneros e originando um processo de somatização das relações sociais de dominação, ou seja:

[...] à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio. (Bourdieu, 2012, p. 33-34)

Deste modo, é possível notar uma construção teórica e prática de práticas discursivas e comportamentais no cotidiano das crianças em múltiplos grupos sociais e em diversos setores da vida, que definem o uso diferencial do corpo feminino e masculino. Trazendo o conceito de *habitus*, Bourdieu (2012) argumenta que a cultura patriarcal e machista contribui para a constituição dessas diferenças, assim como o *habitus* influencia a construção de identidades de gênero e, portanto, de papéis sociais distintos entre os gêneros do modelo binário. O *habitus*, ainda, é participante na percepção e visão de mundo dos sujeitos, dando subsídios para inferir que ele contribui para a naturalização dos processos de socialização diferenciados entre os gêneros.

O autor cita exemplos de papéis instituídos e relacionados socialmente aos gêneros do modelo binário, onde ao feminino são integradas características como leveza, passividade, submissão, receptividade, discrição, cuidado e vida privada, ou seja, a vivência predominante no lar, e ao masculino se integram aspectos como agilidade, virilidade, rigidez, atividade, e vida pública, como explanado anteriormente. Assim, conclui-se que o *habitus* se implica no processo de socialização das crianças na infância, associando os aspectos mencionados às atividades e expectativas escolares da criança de cada gênero. Pois, o *habitus*, para o sociólogo, funciona de maneira automática, por meio de múltiplos agentes, como a escola e a família, mantendo a ordem social já existente e organizada fundamentando-se na perspectiva androcêntrica na formação dos sujeitos. Logo, a cultura e história da sociedade atual, a qual possui fortes raízes patriarcais, estão intrinsecamente implicadas na construção do *habitus* e assim, na formação dos processos de socialização das crianças, de maneira que “todo o trabalho de socialização tende, por conseguinte, a impor-lhe limites, todos eles referentes ao corpo, [...] e todos devendo ser inscritos nas disposições corporais.” (Bourdieu, 2012, p. 37).

Depreende-se que a questão do *habitus* e dos processos de socialização na infância na sociedade atual estão expressos nos prontuários pesquisados. O menor percentual de meninas encaminhadas com queixa escolar, a maior incidência de problemas de comportamento e aprendizagem em relação aos meninos e o maior índice de sofrimento psíquico e situação de humilhação na escola indica um processo de socialização da menina o qual impõe e mantém uma limitação corporal e psíquica. Pode-se relacionar a afirmação da limitação corporal com o disciplinamento dos corpos. Das meninas são esperadas mais passividade, cuidado e vida privada, o que remete à maior obediência na escola, mais cuidado com as atividades de escrita e no caderno e mais presença na vida doméstica, diferente dos meninos, que são mais frequentes na vida pública, como afirma Bourdieu (2012) e Carvalho (2004; 2009) nos quais a Evasão Escolar foi encontrada com maior frequência.

A submissão, Bourdieu (2012), também é um aspecto relacionado ao feminino, o que configura, na prática cotidiana, em situações como estas. Como a mulher é “constituída como uma entidade negativa, definida apenas por falta” (Bourdieu, 2012, p. 37), falta esta em relação ao homem, pois a mulher é tudo o que ele não é, assinala-se uma oposição ao processo de socialização do menino, aspecto expresso nos prontuários na diferença da proporção entre eles e as meninas.

Como aos homens são associados aspectos como agilidade e rigidez, como afirma Bourdieu (2012) e Carvalho (2004; 2009), o fato dos meninos terem sido encaminhados pela escola com queixas “agressividade” e serem mais “briguentos” nos remete à maior dificuldade de adaptação desses alunos às normas da escola. O processo de socialização do homem cisgênero, preza maior poder e dominação sobre o gênero feminino e, como isso ocorre, pode-se refletir também nas dificuldades dos meninos em obedecer a normas da escola.

Outros fatores relevantes são os preconceitos raciais e de classe, que interferem diretamente na maneira como esses meninos são vistos e tratados pela escola. Dentre as teorias explicativas hegemônicas para o fracasso escolar presentes no cotidiano da escola, Patto (1990) aponta que a questão étnica- racial

é um elemento preponderante. Historicamente, o racismo que se faz presente no país incute a visão de que negras/os e indígenas inferiores do ponto de vista intelectual e cultural.

No chão da escola, aliados aos preconceitos de classe, essa visão reflete-se no olhar de que crianças negras e pobres seriam futuros marginais, especialmente os meninos cisgenêros. Assim, qualquer comportamento mais exaltado, é visto como confirmação dessa assertiva. Carvalho (2009) demonstra como esses estigmas e preconceitos estão presentes na avaliação que as/os professoras/es fazem das/os alunas/os, na qual a avaliação do comportamento é predominante em relação a aprendizagem.

A autora aponta que quando são estabelecidos critérios na avaliação não relativos ao comportamento, com foco na aprendizagem, a proporção entre meninas e meninos com dificuldades no processo de escolarização diminui. Assim, depende-se que em diversas situações, crianças cis do gênero masculino são encaminhadas com queixa escolar para serviços ou profissionais de saúde não pelos chamados problemas de aprendizagem, mas pela dificuldade de se adequar ao comportamento considerado adequado pela escola e pela/o professora/or da classe. Ela ainda argumenta que essa constatação contradiz a literatura de enfoque conservador que afirmam diferenças inatas no cérebro nos processos de aprendizagem entre os gêneros, ou alegam a existência inexorável de trajetórias emocionais entre meninos e meninas. Com isso, essas publicações atribuem a responsabilidade à escola por não estarem sabendo receber os meninos (Carvalho, 2009).

Trata-se mais uma vez de uma visão medicalizante, que naturaliza as questões de gênero, desconsiderando as diversas desigualdades presentes na sociedade (Gaudenzi e Ortega, 2012; Viégas, 2014). Outra questão importante foi também a categoria Relatos de Situações de Humilhação na Escola, que foi a predominante entre as meninas. Nesse sentido, retoma-se o conceito de humilhação social cunhado por José Moura Gonçalves Filho (2007):

*Quando dizemos humilhação social, evocamos uma força que, para ter sido montada, pediu concurso de*

*muitos atores. Nunca um só protagonista que a tivesse aplicado, nunca uma só vítima que a tivesse sofrido. Há ao menos dois ingredientes que obrigam a discussão política do problema. Humilhação social é fenômeno de tempo longo. E é fenômeno ligado à dominação. Humilhação sócia é o rebaixamento que atinge alguém só depois de haver ancestralmente atingido sua família ou raça, sua casa ou bairro, seu grupo ou classe, às vezes uma nação ou povos inteiros. (p. 187)*

Trata-se de um sofrimento ancestral ligado a relações históricas e políticas de dominação e humilhação. Os prontuários das meninas encaminhadas com Relatos de Situações de Humilhação na Escola revelam o quanto esse fenômeno está presente no espaço escolar, fazendo eco nos serviços de saúde. A diferença dessa categoria para os meninos pode ser explicado pelos padrões de gênero masculino e feminino heteronormativo, que colocam a mulher como passiva e submissa em relação ao homem (Bourdieu, 2012).

Nesse processo de rebaixamento, que se expressa na escola que também participa do processo de reprodução da desigualdade de gênero na sociedade, muitas meninas parecem estar acarretando em um grande sofrimento psíquico, explicando também a categoria sofrimento psíquico. O fato das categorias Situações de Humilhação na Escola e Sofrimento Psíquico estarem menos presente proporcionalmente dos meninos em relação às meninas, pode estar ligada ao tipo de socialização heteronormativa dos homens. Com ela, o tipo de socialização para gênero cis masculino é mais violento que o feminino, voltado para o espaço público (Carvalho, 2009; Bourdieu, 2012)

Com isso, depreende-se que muitas das situações de violência e humilhação vivenciada pelos meninos podem estar sendo naturalizadas e interpretadas como “coisa de homem”. Já as meninas, por se esperar uma docilidade e passividade, a agressividade não é tão esperada. Essas questões só reforçam o quanto as relações de étnico raciais, de gênero e de classe social estão subjacentes em muitos encaminhamentos pela escola realizados para as/os profissionais e serviços de saúde, sendo necessário tanto para as escolas quanto os CAPSi refletirem e discutirem sobre elas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos prontuários, é possível afirmar que as desigualdades de gênero, classe e raça estão subjacentes no encaminhamento de crianças e adolescentes para essa instituição. Elas se expressam na diferença da proporção de encaminhamentos, maior número de meninos, em consonância com outras pesquisas realizadas sobre a relação entre gênero e fracasso escolar. Porém, diferindo de uma visão medicalizante e individualizante, que explica essa questão por causa de diferenças cerebrais e/ou aptidões emocionais entre os gêneros, como se as escolas não estivesse preparadas para receber os meninos, depreende-se que essa questão está relacionada aos padrões de gênero e as relações históricas de dominação da mulher pelo homem. Índícios dela foram encontrados nas categorias Situações de Humilhação na Escola e Sofrimento Psíquico, proporcionalmente presente com maior frequência entre as meninas.

Portanto, os resultados encontrados apontam a necessidade de inserir as discussões sobre gênero não só nas escolas, mas entre os profissionais dos serviços de saúde que têm historicamente recebido crianças e adolescentes encaminhados com queixa escolar. Dessa maneira, as/os profissionais dessas duas políticas poderão contribuir para uma educação e um sistema de saúde públicos de qualidade que façam frente as diversas desigualdades presentes historicamente na sociedade.

## CONFLITOS DE INTERESSES

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo mas não limitando-se a subvenções e financiamentos, conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc).

## REFERÊNCIAS

- Bourdieu, Pierre (2012). *A dominação masculina* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carvalho, M. P. (2009). Gênero, raça e avaliação escolar: um estudo com alfabetizadoras. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 837-866. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n138/v39n138a08.pdf>. doi: [10.1590/S0100-15742009000300008](https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000300008)
- Carvalho, M. P. (2004). O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, (22), 247-290. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a10.pdf>. doi: [10.1590/S0104-83332004000100010](https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100010)
- Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. A. (2014). A educação na era dos transtornos. In Viégas, L. S., Ribeiro, M. I. S., Oliveira, E. C., & Teles L. A. L. (Orgs). *Medicalização da educação e da sociedade: Ciência ou mito?* (pp. 47-65). Salvador: EDUFBA.
- Gaudenzi, P., & Ortega, F. (2012). O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), 21-34. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop2112.pdf>. doi: [10.1590/S1414-32832012005000020](https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000020)
- Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2015). Carta do IV Seminário Internacional a Educação Medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos. *Anais Seminário Internacional a Educação Medicalizada*, Salvador, BA, Brasil, 4. Recuperado de <http://anais.medicalizacao.org.br/index.php/educacaomedicalizada/article/view/4/6>
- Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Filho, J. M. G. (2007). Humilhação social: humilhação política. In Souza, B.P (Org.). *Orientação a queixa escolar*. (pp. 187 – 219). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Illich, I. (1985). *Sociedade sem escolas* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde: nêmesis da Medicina* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e Ideologia: Uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (2010). Violência nas escolas ou violência das escolas? In Patto, M. H. S. *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia* (pp. 28-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Senkevics, A. S., & Carvalho, M. P. (2015). Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares

urbanos. *Cadernos de Pesquisa*, 45(158), 944-968.  
Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n158/1980-5314-cp-45-158-00944.pdf>. doi:  
[10.1590/198053143364](https://doi.org/10.1590/198053143364)

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.  
Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

Souza, M. P. R. (2002). Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? Repensando o cotidiano escolar à luz da perspectiva histórico-crítica em psicologia. In Souza, D. T. R., Oliveira, M. K., & Rego, T. C. (Eds.). *Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea* (pp. 177-195). São Paulo: Moderna.

Viégas, L.S. (2014). Direitos humanos e políticas públicas medicalizantes de educação e saúde: uma análise crítica a partir da psicologia escolar e educacional. In Viégas, L. S., Ribeiro, M. I. S., Oliveira, E. C., & Teles L. A. L. (Orgs). *Medicalização da educação e da sociedade: Ciência ou mito?* (pp. 121-140). Salvador: EDUFBA.